

## A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários *Veja* e *Isto É*<sup>1</sup>

Daniel de Mendonça

Neste artigo trataremos o episódio político marcado pela vitória de Tancredo Neves sobre Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Buscaremos analisar, sobretudo, a estratégia político-eleitoral vitoriosa adotada pela Aliança Democrática, a partir de duas perspectivas de análise: a primeira, relacionada com os acordos entre elites políticas no seio parlamentar e a segunda, a qual chamamos de “eleição das ruas”, relacionada com o apoio popular requerido e angariado pela Aliança Democrática, apesar de ter se tratado de um contexto eleitoral indireto.

A primeira perspectiva de análise, como afirmamos, tem como *locus* a arena política, formada pelos membros do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Mais precisamente, tratam-se das estratégias políticas adotadas por Tancredo Neves, no âmbito do centro político, para se apresentar como o candidato único das oposições formando uma aliança eleitoral capaz de derrotar o candidato do PDS.

Já a segunda perspectiva de análise tem outro *locus* de ação. Tancredo Neves buscou não ser apenas um candidato vitorioso no Colégio Eleitoral. Era necessário vencer também a “eleição das ruas”, elegendo-se presidente com apoio popular. Em relação a essa perspectiva, desde já sustentamos que o apoio popular concentrado em Tancredo Neves nesse período eleitoral derivou-se diretamente do legado oposicionista anti-regime autoritário criado em torno da Campanha das “diretas já”, como veremos ao longo deste artigo.

Nesse sentido, tendo sempre presente estas duas perspectivas de análise apontadas, dividiremos este trabalho em três partes. Na primeira parte,

enfocaremos os principais movimentos políticos constituintes da candidatura de Tancredo Neves. Veremos como o ex-governador de Minas Gerais tornou-se o candidato único das oposições, a dissidência ocorrida no PDS a partir do lançamento da candidatura de Paulo Maluf e a formação da Aliança Democrática.

Na segunda parte, enfocaremos a construção da imagem de Tancredo Neves, a partir de dois fatores principais: a rejeição popular a Paulo Maluf e ao regime autoritário e a estratégia política de condensação, no candidato da oposição, dos sentidos democráticos dispersos após o final da Campanha das “diretas já”.

Concluiremos este artigo jogando com as duas perspectivas de análise mencionadas que demonstram que a vitória da Aliança Democrática foi, concomitantemente, resultado de um pacto elitista e de uma participação popular ímpar. Este artigo tem como material principal de análise os semanários *Veja* e *Isto É*, no sentido de buscarmos identificar nos discursos de cada um desses veículos, suas posições discursivas, bem como as estratégias de persuasão de seus leitores em torno da luta pelo fim do regime autoritário.

## ***1. A dissensão no PDS e a formação da Aliança Democrática***

Para Tancredo Neves, a derrota da emenda Dante de Oliveira não foi motivo de surpresa<sup>2</sup>, tendo em vista que, mesmo durante o ponto alto do movimento popular pelas “diretas já”, entre os meses de janeiro e abril de 1984, estava evidente na arena política a grande dificuldade de sua aprovação na Câmara dos Deputados. Além disso, mostrava-se praticamente impossível aprová-la no Senado Federal<sup>3</sup>. Em vista disso, mesmo durante a Campanha das “diretas já”, o então governador de Minas Gerais já articulava sua candidatura para disputar a presidência da República no Colégio Eleitoral.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a tarefa dos tancredistas residia em conjugar dois fatores necessários para concretizar a vitória da oposição no Colégio Eleitoral: unir a própria oposição num bloco político sólido e provocar uma fissura na base governista<sup>4</sup>.

Em relação ao primeiro fator, ou seja, a constituição de um bloco político oposicionista, o principal obstáculo a ser vencido pelos tancredistas era a manifesta vontade do presidente do PMDB, o deputado paulista Ulysses Guimarães, de se candidatar à presidência da República<sup>5</sup>. Entretanto, Ulysses sofria fortes resistências oriundas do governo autoritário, justamente em função de sua característica pouco afeita à negociação com a elite política militar largamente demonstrada em vários pronunciamentos e posições adotadas pelo presidente do PMDB<sup>6</sup>. Posições radicalizadas que Tancredo Neves não tinha por característica assumir. Dessa forma, em se tratando de uma transição pactuada, o melhor candidato da oposição, capaz de produzir uma dissensão no regime autoritário, era

mesmo Tancredo Neves, em função de sua reconhecida característica de político conciliador e conservador. Os tancredistas conseguiram, a partir desse argumento, isolar as pretensões do presidente nacional do PMDB. Todos os governadores e as principais lideranças nacionais do partido manifestaram apoio à candidatura do governador de Minas Gerais, inclusive o governador de São Paulo, Franco Montoro e o senador Fernando Henrique Cardoso, então presidente do PMDB naquele estado<sup>7</sup>.

A segunda condição capaz de possibilitar a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral era a necessidade de provocar uma cisão interna no PDS. Isso porque, apesar de que na Câmara dos Deputados toda a oposição reunida ultrapassasse o PDS em dez parlamentares, no Senado, o partido do governo detinha uma confortável vantagem de 23 cadeiras em relação à oposição. O PDS possuía, além disso, o controle político da maioria das assembleias legislativas estaduais, o que lhe rendia muitos votos à eleição presidencial. Ao todo, no Colégio Eleitoral, portanto, o PDS detinha um total de 356 votos contra somente 330 de toda a oposição reunida<sup>8</sup>. A cisão do PDS era, portanto, um elemento indispensável à uma possível vitória oposicionista<sup>9</sup>. Além de ser indispensável, mostrava-se evidente como veremos.

No PDS, havia vários aspirantes à sucessão presidencial. Muitos nomes foram cogitados: o do senador pernambucano Marco Maciel, o ex-ministro militar José Costa Cavalcanti, o ministro Hélio Beltrão, o governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, o ministro da Educação Rubem Ludwig, dentre outros. Entretanto, os principais candidatos à convenção pedessista eram o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, o ministro do Interior, Mário Andreazza, e o ex-governador de São Paulo e deputado federal, Paulo Maluf.

Aureliano Chaves, nos círculos militares, conforme Skidmore “possuía estatura moral para presidente, pois quando exerceu o cargo interinamente, em 1981 e 1983, demonstrou boa capacidade de julgamento e elogiável compostura” (1988:473). Contudo, o vice-presidente da República era considerado um político pouco confiável para uma importante parcela do partido, principalmente àquela ligada ao presidente Figueiredo, por duas razões principais: a primeira em função de que, “durante o período em que atuou como presidente em exercício a imprensa o descreveu como enérgico e eficiente, suscitando ressentimentos nos círculos presidenciais” (Skidmore, 1988:473). A segunda razão deveu-se ao fato de que Aureliano Chaves liderou o “PDS pró-diretas”, facção que apoiou abertamente a emenda Dante de Oliveira, contrariando a orientação política do partido governista que, na época, se posicionou majoritariamente contra a aprovação da emenda.

Mário Andreazza possuía uma ampla rede de influência no PDS, em função principalmente de ter ocupado ministérios em três dos cinco governos militares. Em comparação aos outros dois pré-candidatos do PDS, Aureliano Cha-

ves e Paulo Maluf, certamente Andreazza era o que colecionava o maior número de apoios dos membros do Palácio do Planalto. Contudo, segundo Skidmore, “as suspeitas de corrupção o prejudicaram entre os militares mais moralistas, bem como entre alguns políticos e setores influentes na formação da opinião pública” (1988:475).

Paulo Maluf era o único dos pré-candidatos do PDS que estava efetivamente fora do governo Figueiredo. Venceu Laudo Natel, candidato oficial de Geisel e Figueiredo, na convenção eleitoral da ARENA em 1978 e posteriormente sagrou-se governador de São Paulo. No governo daquele estado, utilizou a máquina pública estadual já pensando em sua trajetória como candidato à presidência da República. Colecionou vários inimigos durante sua vida pública, tanto na oposição como no seu próprio partido:

Maluf provocava quase apoplexia na esquerda, em boa parte do centro e até em alguns membros do PDS, que o viam como uma ameaça à democracia emergente. O ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, declarou em agosto de 1984 que Maluf era o homem mais odiado do Brasil e que não podia andar um quarteirão sem arriscar sua vida (Skidmore, 1988:477).

Em junho de 1984, lideranças pedessistas anti-Maluf propuseram à Executiva Nacional do partido, presidido por José Sarney, outro líder anti-malufista, a realização de uma consulta partidária em todos os estados para apurar as preferências das bases pedessistas. Tratava-se de uma estratégia para prejudicar o ex-governador de São Paulo, tendo em vista sua baixa popularidade partidária no interior dos estados brasileiros. Entretanto, tal medida não obteve sucesso, visto que Maluf possuía a maioria dos votos da executiva do partido governista. O insucesso de tal manobra forçou José Sarney a renunciar a seu cargo de presidente da Comissão Executiva Nacional do PDS. Um mês depois, Aureliano Chaves retirou sua candidatura e formou a dissidência no partido, conhecida como Frente Liberal.

Em agosto de 1984, Maluf venceu Andreazza na Convenção do PDS, sagrando-se, enfim, o candidato oficial à Presidência da República. Nas palavras de Skidmore: “foi uma vitória obtida através de intenso *lobby* junto a cada delegado a quem Maluf fazia generosas promessas quando do loteamento dos cargos públicos em seu governo” (1988:482).

Portanto, Tancredo Neves, além de unir praticamente toda a oposição durante a campanha eleitoral<sup>10</sup>, conseguiu também a adesão de uma importante parte do cindido PDS. A Frente Liberal, liderada por Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney selou, finalmente, o acordo

político-eleitoral com o PMDB<sup>11</sup>. Tancredo foi escolhido o candidato a presidente e seu vice, indicado pelos dissidentes do PDS, foi José Sarney. A escolha de Sarney deu-se principalmente por dois motivos: o primeiro, de caráter legal, uma vez que era vedado a um parlamentar sair de um partido e concorrer na legenda de outro numa mesma legislatura. Sarney não incorria nessa ilegalidade, pois tinha sido eleito senador pela ARENA em 1978, portanto antes do surgimento do PDS e da legislação partidária em vigor na época<sup>12</sup>. A segunda e mais importante razão foi o fato de que Sarney conhecia muito bem o PDS, do qual havia sido presidente nacional e que, portanto, tinha condições de transitar no interior do partido em busca de mais adesões à candidatura da Aliança Democrática.

Tancredo ainda conseguiu representar nos meios militares uma candidatura confiável. Nesse ponto, dois elementos importantes devem ser considerados. O primeiro diz respeito à rejeição da emenda das “diretas já”, o que manteve os militares no controle político das regras da sucessão do presidente Figueiredo. O segundo ponto relevante foi o nítido e cristalino fato de que a candidatura de Tancredo Neves não representava uma candidatura puramente oposicionista, tendo em vista que ela, na verdade, provocou uma cisão real e irreconciliável entre os membros da própria elite política autoritária, com a adesão dos membros da Frente Liberal. Ademais, Tancredo propunha uma “conciliação nacional”, à qual era imprescindível o apoio dos militares. Para tanto, reiteradamente, negou qualquer tipo de represália aos membros do regime autoritário como bem demonstra a manifestação abaixo transcrita:

Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico, e o faremos com a cooperação e a participação de todas as forças políticas, econômicas e sociais bem-intencionadas, sem quaisquer preocupações de represálias quanto ao passado (Isto É nº 413, 21/11/84, “Proclamação da República”:18).

Estavam dadas, portanto, as condições para uma candidatura de oposição que era, ao mesmo tempo, confiável aos círculos militares e capaz de vencer Paulo Maluf.

## **2. Conciliação nacional: a estratégia de Tancredo Neves**

Nesta seção, tendo em vista a segunda perspectiva de análise enunciada no início deste artigo, analisaremos o apoio popular recebido por Tancredo Neves durante a campanha eleitoral indireta de 1985. Para além dos arranjos no interior da arena política que conduziram à vitória de Tancredo Neves, comumente caracterizada como sendo resultado de um mero pacto entre elites políticas, nosso objetivo aqui é ir além dessa corrente de interpretação dominante nas Ciências

Sociais. Interpretação que, diga-se de passagem, não deixa de ser parcialmente correta, como afirma Scott Mainwaring:

Embora a eleição de Tancredo tenha marcado o fim do regime militar, a oposição conseguiu essa vitória apenas com o apoio de grande segmento de defensores do regime que formou a Frente Liberal. O estilo e conteúdo do novo governo, pelo menos no início, reconhecia claramente o caráter negociado da transição (Mainwaring, 1988:309).

Interpretação correta, porém incompleta, uma vez que precisamos incorporar nela um elemento fundamental: o apoio popular. Nesse sentido, procuraremos demonstrar nesta seção que a “opinião pública” foi imprescindível para a vitória esmagadora de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral<sup>13</sup>.

Para tanto, é importante mencionar que Tancredo Neves não foi um candidato popular desde o início da campanha<sup>14</sup>. Nesse ponto, aliás, Luiz Eduardo Soares posicionou-se corretamente acerca da imagem pública “pouco entusiástica” que Tancredo Neves possuía logo no início de sua trajetória ao Palácio do Planalto:

A trajetória de Tancredo Neves rumo à vitória no Colégio Eleitoral teve início, do ponto de vista do público mais amplo, com a derrota do movimento popular e congressual pelas Diretas-Já. A opção Tancredo nasceu da frustração democrática e, portanto, condenada a carregar o fardo que lhe impôs a imagem pública do mal-menor. O fardo foi pesado e a assimilação popular da candidatura, lenta e pouco entusiástica (Soares, 1993:154).

Aliás, Tancredo Neves, ao longo de sua vida pública de cinco décadas – iniciou sua carreira política como vereador em sua terra natal, São João Del Rei em 1934 – nunca foi considerado um personagem político carismático. Pelo contrário: sua trajetória política foi marcada por votações fracas e eleições apertadas, conforme demonstra a revista Veja:

Trata-se de uma trajetória surpreendente quando se tem em conta que, deputado na maior parte da carreira, Tancredo só ganhou a sua primeira eleição majoritária em 1978, já aos 68 anos, ao eleger-se senador por Minas Gerais – e mesmo assim ganhou apertado. Tancredo, àquela altura, já havia ultrapassado os quarenta anos de vida pública, ao longo dos quais seu nome estivera presente em praticamente todas as articulações mais importantes da história nacional. Mesmo assim, não teve mais do que 1,7 milhão de votos, e só com o reforço dos magros 95.000 dados a um seu

companheiro de MDB, Alfredo José de Campos Melo, inscrito numa sublegenda, conseguiu superar a soma dos sufrágios dos dois candidatos do então partido do governo, a Arena – Fernando Fagundes Neto e Israel Pinheiro Filho. Quatro anos depois, na disputa do governo de Minas, se repetiria o mesmo padrão de vitória suada – com Tancredo perfazendo um total de 2,6 milhões de votos, contra 2,4 milhões do governista Eliseu Resende. Já nos passos iniciais de sua vida pública, Tancredo se mostrava titubeante nas urnas. Ao candidatar-se a deputado estadual em 1945 – depois de um período em que o gelo do Estado Novo o condenou ao exercício da advocacia –, ele só se elegeu de raspão, como o último da lista (Veja nº 869, 01/05/85, “Suplemento histórico”: 08-09).

É fundamental, portanto, termos presente essa imagem “pouco entusiástica” que Tancredo portou durante toda sua vida pública e, por conseqüência, no início da corrida eleitoral indireta em 1984. Isso porque, com o decorrer da campanha, sua imagem tomou rumo diverso. Tancredo Neves transformou-se durante o período eleitoral num candidato popular, numa unanimidade incontestável, o que foi fundamental para sua votação arrasadora no Colégio Eleitoral. Dois fatores explicam o crescimento da popularidade do candidato da Aliança Democrática.

O primeiro, de caráter mais geral, foram as condições de enunciação de um discurso de oposição ao regime militar, proporcionadas por um longo processo de transição política que em 1984 já durava dez anos, aliado ao fato de ter ocorrido, nesse mesmo ano, a maior campanha popular de oposição ao autoritarismo desde o golpe de 1964, as “diretas já”.

O segundo fator, tendo em vista o espaço de enunciação oposicionista criado principalmente pelas “diretas já”, foi a estratégia deliberada da Aliança Democrática para popularizar a campanha eleitoral de Tancredo Neves, sob dois eixos discursivos principais: oposição ao regime autoritário e a proposta da “Nova República”.

Por isso, subdividiremos esta seção em duas partes. A primeira enfocará a estratégia empreendida pela Aliança Democrática para popularizar a campanha da oposição e a segunda estabelecerá uma comparação entre as candidaturas de Tancredo Neves e Paulo Maluf.

## *2.1 As ruas como uma das estratégias da vitória indireta*

Somar o maior número de votos que Paulo Maluf no Colégio Eleitoral era condição necessária, nos termos da legislação eleitoral em vigor na época, para Tancredo Neves sagrar-se presidente da República. Entretanto, essa simples condi-

ção matemática mostrava-se insuficiente. Isso porque a vitória pretendida pela Aliança Democrática foi planejada para ocorrer, tanto no âmbito do Colégio Eleitoral, como em termos de apoio popular.

Aos articulistas do candidato do PMDB estava claro, aliás, que era preciso também que a campanha oposicionista ganhasse as ruas para construir uma legitimidade popular em torno de Tancredo capaz de pressionar os membros do Colégio Eleitoral a votar no candidato da oposição.

A construção dessa legitimidade popular mostrava-se possível tendo em vista que em 1984 completava dez anos do início do processo de abertura instaurado pelo ex-presidente Ernesto Geisel. Além disso, nesse mesmo ano, o “Imaginário Popular Oposicionista”<sup>15</sup> já havia se condensado em torno da Campanha das “diretas já”, ocorrida no primeiro semestre.

Dessa forma, cabia à Aliança Democrática refazer o caminho da Campanha das “diretas já” na busca de apoio popular. Paradoxalmente, agora, o objetivo da campanha da oposição representava exatamente o contrário da proposta das “diretas”: desta vez, o que se buscava era justamente o respaldo popular para uma eleição indireta. O discurso político empreendido pela oposição, no entanto, era o mesmo: vencer o regime autoritário e instituir a democracia.

Portanto, a idéia que a campanha de Tancredo Neves trazia em seu bojo era a de que, se não havia sido possível anteriormente derrubar o regime autoritário através da Campanha das “diretas já”, agora a candidatura de Tancredo Neves apresentava-se como o segundo *round* de uma mesma luta. Tratava-se de um discurso político plausível diante de uma população francamente oposicionista ao regime autoritário. A candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral apareceria à população em geral como uma nova oportunidade ao povo de “sagrar-se vencedor” na luta contra o regime.

A força da idéia de romper definitivamente com o regime autoritário podia ser traduzida numa expressão cunhada pelo próprio Tancredo: sua vitória e seu conseqüente governo seriam o início de uma “nova era”, de uma “Nova República”. Essa clareza premeditada, do rompimento de algo velho (o regime autoritário) e da inauguração de um novo momento (a “Nova República”), podia claramente ser observada no discurso do próprio Tancredo num comício realizado na cidade de Vitória, em novembro de 1984:

A posse do presidente eleito vai marcar, em 15 de março, uma fase de ordem, de paz, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político e social. Ela será iluminada pelo futuro poder constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo (...) Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico (Veja, nº 846, 21/11/1984, “A Nova República, o projeto de um velho moderado”:37).



Em outra passagem, continuou o candidato da Aliança Democrática:

Teremos que lançar os alicerces da Nova República. Primeiro o alicerce da Federação, a refazer-se autêntica, sem sentido conservador e localista. (...) A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo (Veja, nº 846, 21/11/84, “A Nova República, o projeto de um velho moderado”:37).

Essas duas passagens revelam a intenção do candidato da Aliança Democrática de “refundar” a República brasileira, através da expressão “Nova República”. A idéia de “rompimento”, seguida de uma posterior “refundação”, foi a reedição das idéias de “rompimento” e “refundação” defendidas na campanha das “diretas já”. Entretanto, uma diferença fundamental deve ser destacada. O discurso de Tancredo Neves, apesar de propor uma “Nova República”, não se apresentava com o mesmo grau de radicalidade que baseava o discurso refundador da Campanha das “diretas já”.

O tom mais moderado do discurso “refundador” de Tancredo Neves pode ser facilmente constatado se levarmos em consideração o fato de que a campanha pela realização de eleições diretas para Presidência propugnava um corte radical em relação à situação autoritária. Liderada fundamentalmente pelas alas mais esquerdistas do PMDB<sup>16</sup>, o que incluía também organizações políticas clandestinas como o PCB, PCdoB e MR-8, sob a liderança de seu presidente nacional, o deputado paulista Ulysses Guimarães, com apoio do Partido dos Trabalhadores e de inumeráveis movimentos sociais urbanos e rurais, a campanha das “diretas já”, a cada comício, colocava violentamente a autoridade e o futuro do regime autoritário em xeque.

Além disso, a Campanha das “diretas já”, apesar do apoio recebido por lideranças expressivas do PDS, como o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, não representou o momento político de maior dissensão no partido governista<sup>17</sup>. Isso pode ser constatado pelo fato de que estava claro que o PDS e o Palácio do Planalto eram contrários à aprovação da emenda Dante de Oliveira, porque, se aprovada, representaria certamente uma derrota política muito maior do que a sofrida com a eleição de Tancredo Neves. Isso é verdadeiro tendo em vista que, se as eleições diretas tivessem sido aprovadas, o governo perderia totalmente o controle do processo da sucessão presidencial. As conseqüências desse fato mostravam-se imprevisíveis à elite política autoritária que, enfraquecida se fosse aprovada a emenda Dante de Oliveira, poderia sofrer represálias em função de uma possível vitória eleitoral, em eleição direta, de um candidato oposicionista, como Leonel Brizola ou Ulysses Guimarães, ambos os nomes vetados pelo regime<sup>18</sup>.

Já o discurso da campanha de Tancredo Neves enunciava uma “Nova República”, mas certamente não na forma radical como o movimento das “diretas já”. A “Nova República” de Tancredo buscava a paradoxal conciliação entre povo e regime autoritário. Razões para esse discurso conciliatório não faltavam à Aliança Democrática.

Em primeiro lugar, pela própria característica que Tancredo Neves tinha de fazer política. O ex-governador mineiro percorreu uma longa trajetória política sempre propondo medidas conciliatórias para cenários políticos geralmente conturbados como foram os do Brasil do século XX.

A segunda razão deveu-se em razão do próprio desdobramento da primeira. A Aliança Democrática, realizada entre o PMDB e os dissidentes do PDS, a “Frente Liberal”, foi fruto direto de uma engenharia política conciliatória. Basta termos presente que o candidato a vice-presidente na chapa da oposição, José Sarney, havia sido presidente nacional do partido governista no intervalo de pouco mais de seis meses entre o lançamento das candidaturas e a eleição no Colégio Eleitoral.

A terceira razão era a de que Tancredo Neves teria ainda de buscar os votos dos partidos opositoristas que não celebraram a coligação opositorista. Dessa forma, era preciso convencer o PT, o PDT e o PTB de que sua candidatura, apesar de não se apresentar como um “rompimento” completo com o *status quo*, pois ainda mantinha membros que até a pouco defendiam o regime autoritário, era, ainda assim, melhor do que a da situação, representada por Paulo Maluf. Nesse ponto, o peso da “opinião pública” era fundamental. Tancredo precisava do apoio popular para receber a adesão de deputados e senadores, principalmente do PT e do PDT, partidos tidos mais à “esquerda” pelo cenário político da época. A estratégia dos comícios, que rememorariam a Campanha das “diretas já”, serviam para, dentre outros objetivos, aumentar a adesão de parlamentares à candidatura da oposição.

Os comícios pró-Tancredo, portanto, tinham como objetivo principal afirmar ao seletorado de 686 membros do Colégio Eleitoral que Tancredo Neves, candidato da oposição ao regime militar, possuía um amplo respaldo popular, numa clara “revisita” ao episódio das “diretas já”. É importante salientar que a busca desse respaldo não tinha como objetivo único angariar apoio da população. Implícito a essas manifestações cívicas estava o interesse de utilizar a “opinião pública” para interferir no voto de cada parlamentar na eleição de 15 de janeiro de 1985. Buscava-se, com a pressão popular, “ameaçar” cada membro do Colégio Eleitoral que, independente de sua ideologia, se não votasse em Tancredo Neves, sua carreira política correria sério risco, tendo em vista que em 1986, ou seja, um ano após a eleição do Colégio, esses próprios parlamentares estariam enfrentando novamente as urnas.

Essa pressão tornou-se evidente a partir do comportamento da imprensa. Pesquisa de opinião pública realizada em outubro de 1984 pela revista *Isto É* buscou justamente medir isso. Com a seguinte pergunta: “Votaria em um deputado ou senador que votou em Maluf/Tancredo?”, surgiram as seguintes respostas. Em relação a Maluf, 34,7% dos entrevistados continuariam votando nos parlamentares que escolhessem Paulo Maluf no Colégio Eleitoral; 54,7% não votariam e 10,6% não souberam responder. Quando formulada a mesma pergunta mencionando o voto de cada membro do Colégio Eleitoral a Tancredo, as seguintes respostas ocorreram: 73,4% dos entrevistados reelegeriam os deputados e senadores que votaram em Tancredo no Colégio Eleitoral; 16,7% dos entrevistados não votariam e 10,0% não souberam responder<sup>19</sup>.

Suprimindo as possíveis críticas decorrentes da validade das pesquisas de opinião pública, três fatores imediatamente devem ser considerados: 1. a preferência popular em torno de Tancredo Neves e a rejeição de Paulo Maluf; 2. mesmo considerando que os eleitores poderiam facilmente esquecer os votos dos parlamentares “malufistas”, em pleitos parlamentares posteriores, ainda assim a cifra de 54,7% de respostas que não reelegeriam esses parlamentares, foi mais um fator de pressão para votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral; 3. a óbvia conclusão de que mais do que o fato de Maluf “tirar” votos, votar em Tancredo significava “ganhá-los”, aumentar a popularidade do parlamentar que escolhesse o candidato da Aliança Democrática.

As pesquisas de opinião pública refletiram uma tendência que se consolidou no decorrer da campanha: Tancredo Neves paulatinamente se tornou um candidato popular. Uma forma simples e fácil de notarmos esse fato foram as manifestações públicas organizadas pela Aliança Democrática que, em muitos lugares, superaram até a presença de manifestantes que no início de 1984 reivindicavam por “diretas já”.

O comício de Goiânia configurou uma reedição quase perfeita das manifestações pela volta das eleições diretas para a Presidência que movimentaram o país entre janeiro e abril. O locutor foi Osmar Santos. Fafá de Belém cantou a música “Menestrel de Alagoas”. Na praça, estandartes de partidos clandestinos misturavam-se a bandeiras brasileiras. E o comício, transcorrido em permanente clima de festa, foi encerrado com o Hino Nacional entoado em coro (Veja n° 837, 19/09/84, “A volta das multidões”:20).

O sucesso do primeiro comício pró-Tancredo realizado em Goiânia, foi superado pelo segundo, realizado em Belém:

O segundo grande comício do candidato da oposição à Presidência da República, Tancredo Neves, transformou-se em mais uma evidência de que as multidões da campanha pelas diretas hoje torcem pelo ex-governador de Minas Gerais no Colégio Eleitoral. Na sexta-feira passada, havia na Avenida 1º de Dezembro, em Belém do Pará, uma multidão três vezes maior que a reunida em fevereiro no comício em favor das diretas já (Veja nº 841, 17/10/84, “A praça muda de cor”:26).

A popularização da imagem de Tancredo deveu-se a uma estratégia político-eleitoral de duas ordens. A primeira, a partir do discurso da Aliança Democrática que enfatizava o caráter oposicionista da candidatura de Tancredo Neves. A segunda estratégia que, marcando a candidatura de Tancredo como de oposição ao regime autoritário, propunha, na linha da refundação republicana já aqui mencionada, a “Nova República”, um projeto político de conciliação nacional. A seguir trataremos, pois, dessa dupla estratégia discursiva desenvolvida pela Aliança Democrática.

## 2.2 *Tancredo versus Maluf, democracia versus autoritarismo*

O período eleitoral, entre agosto de 1984 e janeiro do ano seguinte, ficou marcado, por um lado, pela crescente popularização da candidatura de Tancredo Neves e, por outro, pela contínua rejeição popular sofrida por Paulo Maluf. A explicação imediata dessa preferência da “opinião pública” passava por uma óbvia constatação: no contexto eleitoral, o candidato do PDS significava a continuidade de um regime autoritário desgastado e Tancredo portava a imagem de seu rompimento e da “refundação” democrática: a “Nova República”.

A popularidade de um, em contraste à impopularidade do outro, pode ser facilmente verificada a partir da série de pesquisas realizadas pelo Instituto IBOPE em parceria com a revista Isto É, o jornal Gazeta Mercantil e a Rede Bandeirantes de Televisão, cuja pergunta e seus resultados seguem abaixo<sup>20</sup>:

Quem o sr. prefere que vença no Colégio Eleitoral?

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Tancredo	63,3%	63,2%	69,5%	66,3%	66,9%	72,3%
Maluf	21,2%	19,6%	18,7%	13,8%	10,8%	8,2%
Outras respostas	15,5%	17,2%	11,8%	19,9%	22,3%	19,5%

Fonte: Isto É nº 421, 16/01/85.

Uma simples análise dos resultados acima nos permitem afirmar que a popularidade de Tancredo Neves cresceu durante a campanha e, ao contrário, a de Paulo Maluf caiu para menos da metade entre os meses de agosto a janeiro, ficando atrás até de “outras respostas”. Para nossa análise, mais do que a observação dos resultados proporcionados pelas enquetes, é importante distinguirmos as razões do crescimento de um candidato e as motivações que geraram o declínio do outro.

Em relação às razões explicativas do crescimento da popularidade de Tancredo Neves, identificamos, durante o processo eleitoral, no discurso da Aliança Democrática, a utilização de duas linhas argumentativas. A primeira linha argumentativa identificou Tancredo Neves como o candidato “anti-Maluf” e “anti-regime autoritário”. A segunda linha argumentativa buscou transformar o candidato da oposição no símbolo positivo de uma “verdadeira transformação sócio-política” simplificada no termo “Nova República”. Vejamos, então, mais detalhadamente como se processou o discurso oposicionista.

A primeira linha argumentativa, visando aumentar a popularidade de Tancredo Neves, foi relativamente fácil de ser construída, tendo em vista a já existente impopularidade de Paulo Maluf e do regime autoritário. Já vimos neste artigo que o candidato do PDS colecionou, tanto no lado da oposição, como entre os próprios “pedessistas”, uma antipatia incontornável. Adjetivos como “corrupto”, “malfeitor”, “calamidade” freqüentemente eram prolatados por seus adversários<sup>21</sup>. Essa mesma antipatia também podia ser observada entre a população, como no episódio ocorrido na Assembléia Legislativa de Aracaju em outubro de 1984:

A entrada na Assembléia até que foi fácil, sob a proteção de um batalhão de seguranças; a saída, porém, foi trágica. Mais de mil pessoas estavam na rua com faixas, cartazes, ovos e um grande boneco apelidado de Kid Maluf. Dentro da Assembléia, alguém disse ao candidato que seria mais tranquilo sair pelos fundos. “Nem pensar”, reagiu o baiano Prisco Viana. “Entrou pela frente, sai pela frente, ou enterramos a candidatura”. Protegido pelos seguranças, que por sua vez estavam protegidos pela PM, Maluf saiu. Foi vaiado, empurrado, bombardeado com ovos (Isto É n° 407, “Vaias para Maluf”:16-17).

O regime autoritário também contribuiu muito para o crescimento da rejeição popular à candidatura de Paulo Maluf<sup>22</sup>. Tal fato, aliás, era admitido pelos próprios aliados do candidato do PDS, como o deputado Rubens Ardenghi:

A coisa está muito difícil. Eu voto no Maluf por posição partidária, mas vejo que o povo não está acompanhando essa decisão porque quer mudar e acha que o que está aí já se esgotou. Como o governo é o responsável pela dissidência do PDS, meu sentimento é de que será muito difícil mudar o quadro, pois isto implicaria uma mudança de postura do próprio governo e não vejo disposição para tal (Veja nº 836, 12/09/84, “Maluf paga por Délio”:21).

A rejeição de Paulo Maluf e do regime autoritário e o sentido “anti-Maluf” e “anti-regime” estão muito bem demonstrados na análise de Luiz Eduardo Soares:

A projeção de valores positivos sobre a imagem do candidato da Aliança Democrática resultou, sobretudo, das circunstâncias didaticamente dicotômicas e maniqueístas da disputa. O crescimento da candidatura, junto às faixas mais amplas da opinião pública, deveu-se mais à polarização e aos efeitos do contraste com Maluf do que propriamente às qualidades de Tancredo. Estuário natural da longa resistência à ditadura, o candidato da oposição beneficiou-se da natureza plebiscitária da competição. Não era preciso desejar a vitória de Tancredo para torcer por ela, bastava desejar a derrota de seu adversário (Soares, 1993:154).

Apesar da análise de Soares levar em consideração meramente aspectos plebiscitários e maniqueístas em relação a toda a campanha de Tancredo Neves, uma vez que desconsidera as “qualidades de Tancredo” – as quais veremos quando analisarmos sua imagem junto à população – ela exemplifica com muita precisão nosso argumento relativo à rejeição de Paulo Maluf.

Certamente que ser caracterizado como o “anti-Maluf” contribuiu para a popularização imediata de Tancredo Neves. Entretanto, esse argumento mostrava-se insuficiente e foi, aliás, motivo de críticas por parte da imprensa brasileira que, mesmo apoiando o candidato da Aliança Democrática, não deixava de reclamar sobre o fato de ele ser apenas o candidato “anti-Maluf”, era pouco para quem tinha um país para administrar mergulhado numa crise:

(...) o candidato oposicionista começa a se desgastar porque, aos olhos do público, vai firmando cada vez mais uma imagem de um homem que quer chegar à Presidência da República sem dizer a ninguém o que pretende fazer se e quando chegar lá. (...) é sem dúvida um desconforto, para o país, ter esperanças num candidato cujo único projeto compreensível se resu-

me a derrotar o deputado Paulo Maluf. Isso é muito pouco para um homem que, caso eleito, comandará os destinos do Brasil pelo resto desta década. O povo pode não gostar de Paulo Maluf, e tem dado repetidas demonstrações disso. Mas também não é bobo para acreditar que alguém possa chegar à Presidência agradando todo mundo, sem dizer como quer resolver os problemas concretos do país (...) (Veja nº 840, 10/10/84, “Carta ao Leitor”:19).

A segunda linha argumentativa construída pela Aliança Democrática caracterizou-se prioritariamente pela busca do “consenso nacional”<sup>23</sup>. Tal “consenso” partia do princípio de que a situação político-econômica e institucional brasileira na época era crítica e que somente a união de todos os brasileiros seria capaz de resolvê-la. Não é outra a mensagem que o Manifesto de lançamento das candidaturas de Tancredo Neves e de José Sarney pela Aliança Democrática, intitulado “Compromisso com a Nação”, enunciava:

O país vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações. Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do país, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social. Este pacto político propugna a conciliação para a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros (Meneguello, 1998:202)<sup>24</sup>.

O Manifesto, sempre em tom conclamador, elencava as urgentes necessidades que os brasileiros reclamavam na época: organização institucional, nova Constituição, direitos de cidadania, direitos humanos, combate à pobreza, restabelecimento das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para todos os níveis de poder, restabelecimento das prerrogativas e da independência dos Poderes Legislativo e Judiciário, combate à inflação, reforma tributária, medidas contra a fome e o desemprego, apoio à livre iniciativa, educação para todos, proteção do meio ambiente, dentre outras constantes no documento.

As duas estratégias adotadas pela oposição deram certo. Maluf tornou-se mesmo um candidato odiado e Tancredo, de outra parte, transformou-se no símbolo da “Nova República”<sup>25</sup>. Se, na época das “diretas já”, não era possível visualizar um personagem símbolo, e tão somente a conjunção de muitas personalidades no campo da oposição que, em coligação com o povo, lutavam pelo restabelecimento do sufrágio direto para presidência da República, num grande movimento cívico nacional, na candidatura de Tancredo Neves contra Paulo Maluf, ele mesmo, Tancredo, era o símbolo. Incontestavelmente.

Não havia espaço para mais ninguém. Nas pesquisas de opinião pública, nos comícios que em muitas cidades superaram até os da campanha das “diretas já” era Tancredo a estrela. Sua candidatura sufocava a de Maluf e lentamente, durante seis meses, entre agosto de 1984 a janeiro de 1985, o regime autoritário teve de se conformar com sua derrota que de forma agonizante era anunciada.

Todos, menos Maluf e seus correligionários pedessistas mais obstinados, estavam ao lado de Tancredo. População, empresariado, trabalhadores, imprensa, oposições partidárias, Frente Liberal. A vitória de Tancredo Neves foi o resultado de uma costura política difícil e contraditória, tendo em vista que sua base de sustentação ia dos partidos comunistas clandestinos até os líderes da Frente Liberal.

Para a população, a imagem de Tancredo era a da unanimidade: a esperança de dias melhores. Sua vitória era esperada e gerava esperanças nos brasileiros:

Seu governo surgirá em março cercado de uma expectativa só comparável à que Jânio Quadros carregava sobre a casaca amarfanhada quando recebeu a faixa presidencial, em janeiro de 1961. É provável que haja esperança demais e Tancredo de menos, mas vinte anos de onipotências ensinaram ao Brasil que é preferível acreditar menos nas pessoas e mais nos processos democráticos. Maior do que o simples governo Tancredo Neves é, sem dúvida, aquilo que ele chama de Nova República (Veja nº 854, 16/01/85, “A História Secreta da Sucessão”:23).

Esperança era certamente a palavra mais apropriada para caracterizar a expectativa dos brasileiros diante da vitória de Tancredo. A revista Isto É, em janeiro de 1985, realizou a última pesquisa de opinião pública antes da eleição de Tancredo Neves. Além do resultado, já apresentado neste artigo, que demonstrava que 87,2% dos entrevistados apoiavam o candidato da Aliança Democrática e somente 5,8% demonstravam preferência por Paulo Maluf, a enquete perguntou ainda como era visto o futuro do Brasil. As respostas refletiram um sentimento positivo em relação à “Nova República” que se anunciava: 59,8% dos entrevistados responderam que tinham “muita esperança” no futuro do país (Isto É nº 421, 16/01/85, “Vitória completa”:22). Certamente essa esperança era obra de Tancredo.

### **3. Considerações finais**

Em 15 de janeiro de 1985, a vitória de Tancredo Neves foi tranqüila. O ex-governador mineiro obteve 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf. Dezessete abstenções e nove ausências foram registradas.



Um Colégio Eleitoral em que 686 cidadãos fizeram as vezes de 60 milhões de eleitores habilitados levou 3 horas e 27 minutos para cruzar a curta ponte que ainda separava 21 anos de regime autoritário da democracia. O Colégio Eleitoral nasceu para prolongar a transição e, na prática, ganhar a eleição presidencial para o governo. Ganhou um homem que passou 21 anos na oposição (Veja nº 855, 23/01/85, “A oposição chegou lá”:20).

Retomando as duas perspectivas analíticas mencionadas na introdução deste artigo, temos em ambas a vitória da Aliança Democrática. Vitória conservadora sob o ponto de vista das alianças políticas celebradas. Por outro lado, uma campanha política que reacendeu o espírito das “diretas já” – contestadora, oposicionista, democrática.

A vitória de Tancredo Neves foi muito mais do que um simples complô elitista. E não foi sem o apoio popular, cuja pressão foi fator importante para interferir em cada membro do Colégio Eleitoral que votou, para eleger o ex-governador mineiro.

É claro que sem a cisão no partido governista Tancredo provavelmente não venceria. Ocorre que a dissensão no PDS era inevitável por dois motivos: 1. o apoio às “diretas já” pelo grupo de Aureliano Chaves e 2. a vitória de Paulo Maluf na Convenção eleitoral de agosto de 1984. Aliás, se essa cisão não tivesse ocorrido, provavelmente Tancredo não teria deixado o governo de Minas Gerais para concorrer à Presidência.

Sua vitória foi o resultado de uma estratégia eleitoral ousada, mas realista, que atuou em duas frentes: nos membros do Colégio Eleitoral e na população para legitimar sua imagem e também para pressionar cada parlamentar eleitor.

Em resposta à frustração gerada em torno da derrota das “diretas já”, primeiro momento de condensação do “Imagário Popular Oposicionista”, Tancredo foi o símbolo do rompimento do autoritarismo e o maior responsável pela democratização. Sua vitória foi, ao mesmo tempo, conservadora e popular. Conservadora diante das circunstâncias de um Colégio Eleitoral e a partir de uma aliança com os dissidentes do PDS. Popular, tendo em vista que com o aval e apoio do povo ele sagrou-se o “Sr. Nova República”.

*Daniel de Mendonça*  
*Doutorando em Ciência Política pela UFRGS*

## Notas

1. Este artigo é uma adaptação do “Capítulo V – A Vitória de Tancredo Neves” de nossa dissertação de mestrado, sob o título “Tancredo Neves: O Sr. Nova República” (Mendonça, 2001). As citações extraídas dos semanários *Veja* e *Isto É* devem-se ao fato destas revistas terem feito parte do material empírico analisado para a elaboração do trabalho de dissertação. Analisamos, sobretudo, as reportagens políticas e os editoriais dos referidos semanários entre o período de novembro de 1983 e maio de 1985.

2. Tancredo Neves, apesar de ter dado suporte formal à Campanha das “diretas já”, não acreditava na aprovação da emenda no Congresso Nacional. Em junho de 1983, o político mineiro destacou que “a campanha pelas diretas é necessária, porém lírica”. Hagopian demonstra muito bem o cálculo político desenvolvido por Tancredo: “nunca acreditando que o Congresso pudesse aprovar a emenda por eleições diretas, nem que os militares as permitissem (ele chamava de demonstrações ‘líricas’), Neves deu suporte nominal à Campanha, ao mesmo tempo em que nunca perdeu a perspectiva de sua candidatura no Colégio Eleitoral” (Hagopian, 1992:258).

3. Como a matéria eleitoral em debate na época era de cunho constitucional, eram necessários 2/3 dos votos no Congresso Nacional para a aprovação da emenda Dante de Oliveira. A composição do Congresso por partidos, a partir das eleições de 1982, era a seguinte: na Câmara dos Deputados, 235 deputados do PDS; 200 do PMDB; 24 do PDT; 13 do PTB e 8 do PT. No Senado: 46 senadores do PDS; 21 do PMDB; 1 do PDT e 1 do PTB (Alves, 1984:286).

4. Tal fissura mostrava-se possível, visto que o PDS já havia se dividido no episódio da votação da emenda Dante de Oliveira e agora apresentava novas divergências em relação aos seus três principais pré-candidatos à sucessão do presidente Figueiredo (Aureliano Chaves, Mário Andreazza e Paulo Maluf).

5. Ulysses Guimarães advogava a idéia de ele ser o candidato natural do PMDB numa disputa no Colégio Eleitoral.

6. O regime autoritário não considerava Ulysses Guimarães um candidato confiável, principalmente por ele ter realizado uma oposição sistemática durante todo o regime. Os militares estavam preocupados com uma transição pactuada, sem revanchismos. Nesse sentido, Tancredo Neves era visto pela elite autoritária como sendo o candidato ideal. O governador mineiro prometeu aos líderes do Planalto que, se eleito, não haveriam perseguições aos próceres do regime. Aliás, essa foi uma das táticas utilizadas pelo candidato da Aliança Democrática com o intuito de atrair setores descontentes com a candidatura de Paulo Maluf no PDS.

7. Os dirigentes peemedebistas viram na candidatura de Tancredo Neves a melhor maneira de finalmente alcançarem a Presidência da República, visto que o ex-governador mineiro reunia condições políticas de, por um lado, unir a oposição numa candidatura forte, e, por outro, provocar uma necessária dissensão no partido governista capaz de atrair importantes lideranças do PDS para o seio de sua candidatura à Presidência da República.

8. “No colégio eleitoral (formado por ambas as casas do Congresso mais seis representantes do partido majoritário de cada estado) o PDS tinha uma maioria de 356 sobre um total de 330 das oposições reunidas” (Skidmore, 1988:454).
9. Stepan destacou três causas suficientes e necessárias para que a oposição vencesse as eleições indiretas: “1) O candidato que conseguisse a indicação oficial do partido do governo deveria ter o potencial de fazer com que políticos que apoiavam o governo se juntassem à oposição. 2) O candidato da oposição tinha de unir os diversos grupos (sem provocar maiores deserções ou abstenções) e atrair membros do partido do governo em número suficiente para obter a maioria do colégio eleitoral. 3) Os militares (sabendo que ambos os eventos mencionados acima eram possíveis) tiveram de permitir que se escolhesse o candidato que dividiu o partido do governo, bem como que o colégio eleitoral se reunisse e votasse, conforme o calendário previsto” (Stepan, 1986, p. 73-4).
10. O PT não apoiou formalmente nenhum dos candidatos no Colégio Eleitoral. Foi, aliás, o único partido que se manteve fora da disputa.
11. Tal acordo foi oficializado através de manifesto da Aliança Democrática intitulado “Compromisso com a Nação” em agosto de 1984.
12. No trabalho jornalístico “O Complô que Elegeu Tancredo”, que analisa os bastidores da vitória da Aliança Democrática, essa preocupação legal foi destacada: “Foi nessa ocasião, no apartamento do senador catarinense, em Brasília, por sinal, que se encontrou o argumento definitivo: o candidato a vice a ser indicado pela Frente Liberal teria que ter sido eleito pela Arena. Isso evitaria – ao menos avaliou-se assim, em um primeiro momento – o impedimento legal prescrito para o Parlamentar de um Partido que pretenda se eleger com a legenda de outro. E o Senador José Sarney, afinal, tinha sido eleito pela velha legenda do Governo, em 78” (Dimenstein, 1985:92-3).
13. A importância da participação popular era percebida na época, como mostra esse trecho de matéria da revista *Veja*: “Esses comícios devem se realizar semanalmente em várias capitais. Os três últimos, próximos ao dia 15 de janeiro, serão no Rio de Janeiro, em São Paulo e, por fim, em Belo Horizonte. Se houver necessidade, um outro grande comício na Praça da Sé em São Paulo, poderá encerrar a campanha. Reeditando o movimento pelas diretas já, Tancredo espera criar um clima de pressão sobre os membros do Colégio Eleitoral que o favoreça em 15 de janeiro” (*Veja* n° 835, 05/09/84, “Sem intermediários”:22).
14. A revista *Isto É* enfoca num editorial, com muita precisão, o clima de descrédito popular em relação aos candidatos no início da campanha indireta: “Estes, por sua vez, tentam um louvável mas algo ingênuo esforço de aproximação com a opinião pública, criando uma espécie de ensaio geral para a eleição direta” (*Isto É* n° 398, 08/08/84, “Teste de Liderança”:15).
15. O “Imaginário Popular Oposicionista” é uma categoria construída em nossa dissertação de mestrado. Trata-se de uma série de demonstrações de insatisfação política oriundas da população em relação ao governo autoritário, espontâneas

ou não, dispersas durante todo período de transição. Esse sentimento oposicionista manifestou-se principalmente de duas formas: pela via eleitoral, a partir da vitória do MDB nas eleições de 1974 – e pelo contínuo crescimento eleitoral da oposição partidária durante toda a fase de transição – bem como em razão da emergência dos “novos movimentos sociais” do final da década de 1970. Constatamos que esse “Imaginário Popular Oposicionista” foi condensado primeiramente na Campanha das “diretas já”, o que foi um fator explicativo fundamental para o sucesso desse movimento. (Mendonça, 2001).

16. O que estamos aqui chamando de “alas mais esquerdistas do PMDB”, são os setores desse partido ligados às siglas então clandestinas como o PCB e o PC do B, bem como os partidários vinculados a Ulysses Guimarães, os quais apresentavam contundentes críticas ao regime militar. Tancredo Neves, ao contrário, era filiado a uma corrente do PMDB tida como “moderada” e que apresentava mais disposição de negociar com os representantes autoritários. Essa distinção entre “ala mais esquerdista” e “ala mais moderada” está disposta neste trabalho de forma simplificada, ou seja, com a mesma significação que a imprensa da época posicionava os principais líderes do PMDB.

17. Certamente, a formação do grupo pró-diretas no PDS, representou uma dissensão importante na base de sustentação do governo Figueiredo. Entretanto, a vitória de Paulo Maluf sobre Andreazza na convenção do PDS representou um rompimento com proporções muito maiores. A vitória de Maluf provocou a imediata formação da Frente Liberal e a conseqüente coligação desses dissidentes com os moderados do PMDB.

18. As revistas *Veja* e *Isto É* noticiavam que Leonel Brizola e Ulysses Guimarães eram políticos que representavam a possibilidade de “revanchismo” contra a elite autoritária. Assim, os membros da cúpula governamental queriam ver “riscados das cédulas os nomes de Brizola e Ulysses” (*Veja* n° 792, 09/11/1983, “As diretas no páreo”:39). Já Tancredo Neves, não era visto pelos membros do regime como uma ameaça em caso de vitória no Colégio Eleitoral.

19. Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, *Isto É*, *Gazeta Mercantil* e Rede Bandeirantes de Televisão, entre os dias 12 a 16 de setembro de 1984, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e na cidade de Salvador (*Isto É* n° 405, 26/09/84, “Sólida liderança”, p. 16-19).

20. Essas pesquisas de opinião pública foram realizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e na cidade de Salvador entre os meses de agosto de 1984 a janeiro de 1985 e buscaram medir a intenção de voto dos entrevistados se a eleição fosse direta.

21. Os adjetivos mencionados acima, de Antônio Carlos Magalhães, foram capa da revista “*Veja*” n° 836, de 12/09/84.

22. É interessante atentarmos para o fato de que a impopularidade da candidatura de Paulo Maluf suscitou, nas hostes governistas, até mesmo a possibilidade da

retirada de sua candidatura já no mês de novembro de 1984. Isso somente não ocorreu, pois o próprio candidato recusou-se a renunciar. Uma possível renúncia da candidatura de Paulo Maluf era tema de preocupação para Tancredo Neves, uma vez que, sendo o candidato único numa eventual renúncia, colocaria a candidatura da Aliança Democrática sob atenção especial, tanto da população, como da arena política, e isso poderia ocasionar imediatamente a perda de uma popularidade oposicionista de Tancredo, forjada principalmente na impopularidade do candidato do governo e na impopularidade do próprio regime autoritário. A revista *Veja* nº 845, “Maluf perto do fim”, 14/11/84:18, exemplifica a ameaça da renúncia: “Encurralado pelos avanços de Tancredo no Colégio Eleitoral e por pressões do governo, o candidato do PDS tenta evitar a renúncia”.

23. O “consenso nacional” buscado por Tancredo Neves levou Sallum Jr. a descaracterizar, de forma exagerada do nosso ponto de vista, a candidatura do PMDB como de oposição ao regime autoritário: “No interior de uma coalizão política tão ampla como a Aliança Democrática, a candidatura Tancredo Neves deixara de ser oposicionista; tornara-se ‘mudancista’ e, sem confronto com o regime militar, apontava para uma Nova República, liberal e democrática” (Sallum JR., 1996:107). Apesar dessa “descaracterização oposicionista” não podemos deixar de levar em consideração o fato de que, mesmo sendo a candidatura de Tancredo conciliatória, o caráter liberal e democrático que inspirava a Nova República, por si só, nos indica uma marca oposicionista ao regime autoritário.

24. O manifesto “Compromisso com a Nação”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 08 de agosto de 1984, está integralmente publicado em Meneguello (1998).

25. Nesse ponto, concordamos com a análise de Gedoz: “Destaque-se o empenho do PMDB em construir a figura de unificação nacional e, de resto, o grande e único avanço democrático que representavam o colégio eleitoral e a ‘salvadora’ figura de Tancredo Neves; afinal era preciso mobilizar o Congresso contra a fonte de todo o mal, Paulo Maluf” (Gedoz, 1998:251).

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DIMENSTEIN, Gilberto et al. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

GEDOZ, Sirlei T. “Tancredo Neves foi preparado e empurrado pela história como homem síntese”. In: Loiva Otero Félix e Cláudio Elmir (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 237-53.

HAGOPIAN, Frances. “The compromised consolidation: the political class in brazilian transition”. In: S. Mainwaring, G. O’Donnell, A. Valenzuela. *Issues in democratic consolidation: the south american democracies in comparative perspective*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

MAINWARING, Scott. “Os movimentos populares de base e a luta pela democracia”. In: Alfred Stepan (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 275-314.

MENDONÇA, Daniel de. *Tancredo Neves: O senhor “Nova República”*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH-UFRGS, 2001.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SALLUM Jr., Brasílio. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

### **Resumo**

O presente artigo trata do episódio político da vitória de Tancredo Neves sobre Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Buscar-se-á analisar, sobretudo, a estratégia político-eleitoral vitoriosa adotada pela Aliança Democrática, a partir de duas perspectivas de análise: a primeira, relacionada com os acordos entre elites políticas no seio parlamentar e a segunda, a qual chamamos de “eleição das ruas”, relacionada com o apoio popular requerido e angariado pela Aliança Democrática, apesar de ter se tratado de um contexto eleitoral indireto.

### **Palavras-chave**

Democracia, autoritarismo, diretas já, Tancredo Neves, transição política.

### **Abstract**

The aim of this article is to discuss the Tancredo Neves' victory in the “Colégio Eleitoral” on January 15, 1985. It will seek to demonstrate, above all, the victorious political and electoral strategy adopted by the “Aliança Democrática”, from two analytical perspectives: the first one is linked with the agreements among political leaders in the Federal Parliament; the second one, which we call “election of the streets”, is linked with the great popular support obtained by the “Aliança Democrática”, in spite of the context of indirect election.

### **Key-words**

Democracy, Authoritarianism, Diretas Já, Tancredo Neves, Political Transition.